

Gestão de Riscos Fiscais

Seminário "Modernização da Gestão Fiscal e Orçamentária"

25 e 26 de junho de 2025





Conceitos fundamentais

Entendendo os elementos básicos da gestão de riscos fiscais:



Risco Fiscal

Desvio nos resultados em relação ao planejado



Evento de Risco

Fato interno ou externo que gera impacto



Impacto Fiscal

Valor do desvio causado



Tolerância

Capacidade do Estado absorver o risco



Mitigação

Ações para reduzir probabilidade e/ou impacto



Por que gerenciar riscos fiscais agora?

Elevação da Selic e custo da dívida pública

O aumento das taxas de juros impacta diretamente o custo do endividamento público, exigindo maior controle e previsibilidade fiscal.

Incertezas econômicas e climáticas

Cenários voláteis demandam maior capacidade de adaptação e preparação para eventos imprevistos.

Pressões sobre receitas e aumento de passivos

Desafios crescentes na arrecadação e compromissos financeiros exigem gestão proativa.

Novos limites constitucionais e legais (LC 315/2025, EC 69/2025)

Adequação às novas regras fiscais requer monitoramento constante e ajustes preventivos.

Necessidade de previsibilidade, prudência e sustentabilidade

Princípios essenciais para garantir a continuidade das políticas públicas no longo prazo.



Como estamos estruturando a gestão dos riscos?



Modelo baseado em ISO 31000

Adoção de padrões internacionais reconhecidos para gestão de riscos.



Princípios + Estrutura + Processo

Abordagem integrada que combina fundamentos, organização e metodologia.



Política + Processo + Comunicação + Monitoramento

Elementos essenciais para implementação efetiva do modelo.



Conexão com MFMP, MOMP, LDO e teto de gastos

Integração com instrumentos de planejamento e controle fiscal.



Sete pilares da Gestão de Riscos Fiscais

Gestão contínua e integrada

Processo permanente e conectado aos demais instrumentos de gestão fiscal.

Responsabilidade compartilhada

SEPLAN, alta gestão e órgãos setoriais com papéis definidos.

Aprendizado permanente

Melhoria contínua baseada em experiências e resultados.



Colaboração e inclusão

Participação de diferentes áreas e níveis da administração pública.

Adaptabilidade

Capacidade de ajuste a novos cenários e desafios fiscais.

Base em dados e evidências

Decisões fundamentadas em informações confiáveis e análises técnicas.

Pessoas e cultura institucional

Valorização do capital humano e desenvolvimento de cultura de gestão de riscos.

Etapas da gestão de riscos fiscais

Identificar e analisar riscos

Mapeamento sistemático de potenciais eventos e seus impactos fiscais.

Reportar via Anexo de Riscos Fiscais (ARF)

Documentação e comunicação formal dos riscos e estratégias adotadas.

Monitorar continuamente

Acompanhamento permanente da evolução dos riscos e eficácia das medidas.

Avaliar tolerância e significância

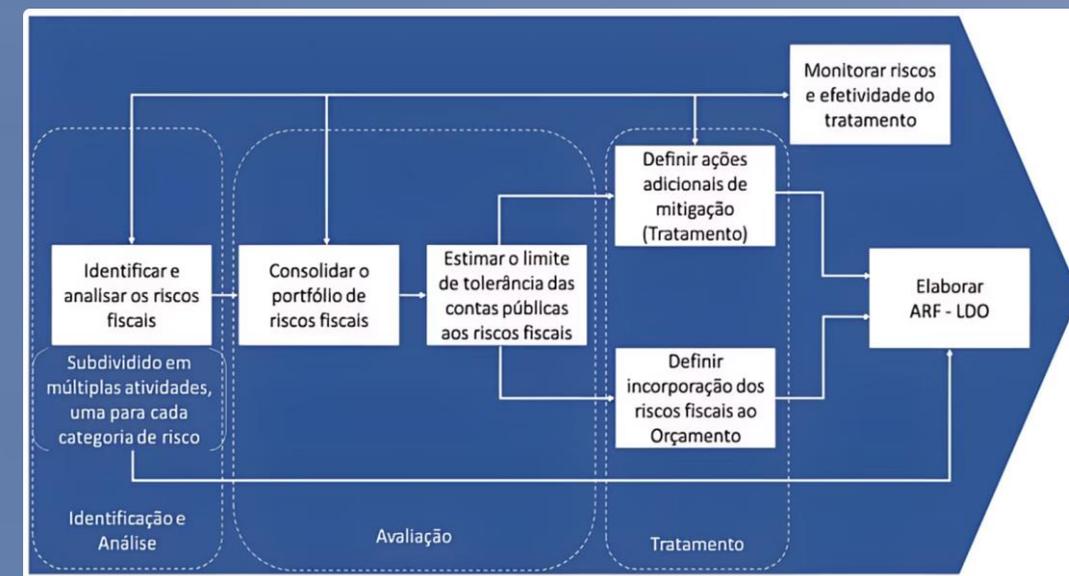
Determinação da capacidade de absorção e relevância dos riscos identificados.

Definir medidas de mitigação

Estabelecimento de estratégias para reduzir probabilidade e impacto dos riscos.

Incorporar riscos não mitigados à LDO

Inclusão dos riscos residuais no planejamento orçamentário.



Classificação de Riscos Fiscais

Como os riscos são categorizados?

Os riscos fiscais são classificados com base na **combinação da probabilidade de ocorrência** e do **impacto financeiro estimado**, formando uma matriz de risco.

Eixos da Matriz:

Impacto Fiscal: Alto, Médio, Baixo

Probabilidade de Realização: Remoto, Possível, Provável

Níveis de Risco (com códigos de cores):

Crítico	 Vermelho escuro	Altíssima atenção e resposta imediata
Alto	 Vermelho	Requer plano de mitigação urgente
Médio	 Laranja	Monitoramento constante
Baixo	 Verde claro	Acompanhamento moderado
Irrelevante	 Verde escuro	Sem impacto significativo

Mensagem-chave:  "A correta classificação dos riscos permite priorizar ações de mitigação e proteger a sustentabilidade fiscal."

Impacto fiscal	ALTO	Média	Alto	Crítico
	MÉDIA	Baixa	Média	Alto
	BAIXA	Irrelevante	Baixa	Média
		Remoto	Possível	Provável
		Probabilidade de realização		



Quais riscos o Estado está monitorando?

Macroeconômicos

Desaceleração econômica

Impactos na arrecadação e na capacidade de investimento público.

Inflação e Selic

Efeitos sobre o custo da dívida e pressões orçamentárias.

Câmbio e receitas

Flutuações que afetam exportações e importações estaduais.

Específicos

Judiciais (sentenças)

Decisões com impacto financeiro não previsto no orçamento.

Desastres naturais

Eventos climáticos extremos que exigem recursos emergenciais.

Contratos e PPPs

Obrigações contratuais com potencial impacto fiscal.

Estatais e passivos contingentes

Responsabilidades indiretas que podem se materializar.

Articulação com os instrumentos do novo regime fiscal

1

MFMP

Anexo de Metas Fiscais (projeções plurianuais vinculantes)



MOMP

Limites indicativos por função/setor na LOA

3

Riscos se conectam à governança do Teto

via:

- Reserva de contingência
- Gatilhos e vedações legais (LC 315 e EC 69)
- Previsibilidade da despesa



RESERVA DE R\$ 340 MILHÕES

Reserva prevista e proposta na LDO 2026 considera os riscos com maior probabilidade, impacto fiscal imediato e mensuração técnica precisa.



MONITORAMENTO CONTÍNUO

Os demais permanecem sob monitoramento e ações mitigadoras não orçamentárias, conforme boas práticas de gestão de riscos fiscais.



Como avançar institucionalmente?

Minuta de Decreto da Política Estadual de Riscos

Formalização do marco legal para institucionalização da gestão de riscos fiscais.

Comitê Técnico Intersetorial

Criação de instância colegiada para coordenação e deliberação sobre riscos fiscais.

Sensibilização e capacitação das equipes

Desenvolvimento de competências técnicas e conscientização sobre a importância do tema.

Plano de Comunicação e alinhamento com SEPLAN/SEFAZ

Estratégias para divulgação e engajamento dos atores-chave no processo.

Integração com monitoramento e execução orçamentária

Conexão efetiva entre a gestão de riscos e os processos de execução do orçamento.



Obrigado!

 Diretoria de Projeções e Metas Fiscais – SEPLAN/PI